

Finanças para a Gestão Integrada da Paisagem

A Estratégia Produzir, Conservar e Incluir:
O pacto regional do Vale do Juruena, Brasil

Um resumo do estudo da Lis Consultoria Ambiental



Sobre este estudo:

Este relatório foi elaborado pela Lis Consultoria Ambiental no âmbito do programa Mobilizing More for Climate (MoMo4C), financiado pelo Ministério das Assuntos Exteriores da Holanda.

O relatório faz parte de uma série de estudos de caso que fornecem informações sobre vários mecanismos usados para aumentar acesso ao financiamento para pequenos agricultores, PMEs e comunidades em seus esforços para contribuir para paisagens. Os estudos de caso enfocam as estratégias usadas por várias partes interessadas para reduzir os riscos de fluxos financeiros selecionados para investidores, intermediários e destinatários. Esses estudos de caso acompanham recomendações feitas pelos participantes do processo consultivo sobre financiamento inovador para paisagens. O objetivo é fornecer mais evidências de estratégias bem-sucedidas para aumentar o acesso a financiamento para pequenos agricultores, PMEs e comunidades (Louman et al. 2020).

Este estudo de caso avaliou a capacidade de parcerias multissetoriais e multiatores para mitigar riscos e alavancar investimentos públicos e privados a nível nacional e subnacional. O estudo cobriu o processo de obtenção de uma visão compartilhada a nível subnacional e como isso se refletiu na escala regional. O caso mostra que uma estratégia que promove sinergias e aborda a fragmentação de diferentes investimentos e projetos, tem uma narrativa mais forte, inspira confiança entre os investidores e leva a ações mais efetivas e impacto em escala.

As opiniões e pontos de vista expressos nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões e pontos de vista da Tropenbos International ou de seus parceiros.

Copyright: © 2023 Tropenbos International
Os textos podem ser reproduzidos para fins não comerciais, citando a fonte

Citação sugerida: Cezar A., M. Cordeiro Rangel. 2023. Finanças para a Gestão Integrada da Paisagem: A estratégia Produzir, Conservar e Incluir: O pacto regional do Vale do Juruena, Brasil. Lis Consultoria Ambiental: Cuiabá, Mato Grosso, Brasil e Tropenbos International: Ede, Holanda.

Autores: Adelaine Cezar (Lis Environmental Consultancy)
Márcio Cordeiro Rangel (Consultor Independente)

Revisores: Bas Louman (Tropenbos International)
Luis Gomes Primo (Tropenbos International)
Juliana Carvalho (Jornalista ambiental independente)

Tradução: Luis Gomes Primo (Tropenbos International)

Fotos: Cobertura: Vista do rio Juruena; página 4: Pôr do sol no rio Juruena; página 6: Florestas do Vale do Juruena; página 8: Pecuária no Vale do Juruena; página 13: Rio Juruena; página 19: Moriches e outras vegetações típicas ao longo dos rios e brejos do Vale do Juruena. Fotos: Márcio Cordeiro Rangel.



Conteúdo

Prefácio	5
1. Introdução	7
2. Estratégia e Instituto PCI: A concepção de uma agência implementadora multiautores	9
2.1 Contexto e estabelecimento da Estratégia PCI	9
2.2 Objetivos e metas	10
2.3 Instituto Independente	10
2.4 Acesso a financiamentos	11
2.5 Mitigação de riscos	12
3. Regionalização da PCI: Fluxo de investimento inclusivo nos territórios	14
3.1 O vale do Juruena	14
3.2 O Pacto Regional Vale do Juruena	14
3.3 Projetos desenvolvidos no Vale do Juruena	16
3.4 Resultados entrevistas beneficiários	16
4. Aprendizados e recomendações	20
Fontes de referência	23



Prefácio

O presente documento é um de uma série de estudos de caso sobre cadeias de valor financeiro iniciados por parceiros do CGIAR Research Program on Forests, Trees and Agroforestry (FTA) e coordenados pela Tropenbos International, e financiado agora pelo programa Mobilizing More for Climate. Esses estudos de caso visam fornecer uma visão mais ampla das estratégias aplicadas por seus diversos stakeholders para aumentar a participação de pequenos produtores e apoiar a transformação em paisagens resilientes.

A maioria das paisagens rurais tropicais ainda está sujeita a altas taxas de desmatamento e degradação florestal, o que as torna vulneráveis às mudanças climáticas e outros choques. Embora os pequenos produtores sejam atores importantes nesses processos, eles raramente se beneficiam dos fluxos financeiros existentes. Eles precisam ser considerados ao investir em paisagens rurais tropicais.

A [metodologia](#) utilizada pelos estudos de caso (Primo et al. 2021) foi projetada para ser implementada pela FTA e suas organizações parceiras que estão estudando financiamento para gestão integrada da paisagem. Embora a metodologia seja útil em uma ampla gama de casos, os autores pretendem especificamente aplicá-la aos processos que os principais informantes consideraram bem-sucedidos no apoio a iniciativas de paisagem e/ou no aumento do acesso ao financiamento para todos os possíveis destinatários - incluindo grupos marginalizados e desfavorecidos — dentro destas paisagens. A aplicação dessa metodologia em diversos casos como este contribuirá para gerar uma base de informações de resultados comparáveis. As pessoas podem tirar lições dessa base de informações para projetar processos que apoiem o financiamento inclusivo para iniciativas integradas de paisagem. Refira-se que o estudo de caso visa aprender com a experiência, ver o que foi feito, como foi feito e o que mais poderia ser feito através de melhorias nas estratégias aplicadas. Eles não incluem uma avaliação do desempenho geral dos casos estudados e,

portanto, não fornecem amostras estatisticamente representativas de todos os impactos dos casos estudados em todos os agricultores envolvidos. A metodologia compreende três fases.

A **Fase 1** envolve uma entrevista aprofundada com a agência implementadora (AI), que desempenha um papel central como corretora ou intermediária de fluxos financeiros para iniciativas de paisagem existentes. Esta fase visa definir seis coisas: 1) as principais fontes de financiamento e suas características; 2) os principais grupos de destinatários; 3) os fluxos financeiros associados às diversas fontes e destinatários; 4) o processo de gestão e canalização de fundos; 5) os mecanismos financeiros aplicados e suas regras subjacentes; e 6) os riscos e barreiras envolvidos sob a ótica da AI. Além disso, a entrevista na Fase 1 identificará as partes interessadas a serem entrevistadas nas fases subsequentes.

A **Fase 2** compreende a coleta de dados relacionados às fontes de financiamento, destinatários (grupos e indivíduos) e provedores de serviços não financeiros que se envolvem com eles. Inclui entrevistas com quatro tipos de informantes-chave, que foram identificados durante a Fase 1: 2a) representantes das fontes de financiamento; 2b) representantes de grupos receptores; 2c) prestadores de serviços envolvidos com destinatários; e 2d) beneficiários individuais selecionados e não beneficiários (particularmente pequenos produtores). A Fase 2 enfoca os riscos e barreiras percebidos por cada um dos grupos de stakeholders e as formas de reduzi-los. Também procura determinar até que ponto os fluxos financeiros atenderam às expectativas das partes interessadas, bem como os efeitos percebidos dos fluxos financeiros nas metas de sustentabilidade em relação à paisagem.

A **Fase 3** envolve a validação das informações coletadas na Fase 2. As discussões do grupo focal realizadas na Fase 3 envolvem representantes dos principais destinatários e grupos de destinatários, provedores de serviços, agência implementadora e outras partes interessadas relevantes para os fluxos financeiros.

CAPÍTULO I



1. Introdução

Entender como iniciativas integradas podem mobilizar e apoiar partes interessadas em diversos setores a trabalhar em conjunto com um mesmo objetivo é o primeiro passo para replicar metodologias que tornem o financiamento mais inclusivo e tragam impacto socioambiental. Ao longo de seis meses, a Tropenbos Internacional em parceria com a Lis Consultoria desenvolveu um estudo de caso sobre a Estratégia Produzir Conservar e Incluir com foco no Pacto Regional do Vale do Juruena.

O estudo de caso da Estratégia e Instituto PCI com foco no Pacto Regional do Vale do Juruena seguiu a orientação metodológica “Finanças para a Gestão Integrada da Paisagem - Processos que apoiam iniciativas integradas de paisagem e tornam o acesso ao financiamento mais inclusivo” disponibilizada pela organização Tropenbos Internacional.

A orientação metodológica foi aplicada pela Lis Consultoria, empresa com atuação local em Mato Grosso, onde a PCI está instituída. A metodologia compreendeu três fases: (i) Entrevista em profundidade com a agência que está implementando os processos estudados; (ii) Entrevistas com informantes-chave, abrangendo desde representantes de beneficiários, prestadores de serviços e destinatários individuais ou não; (iii) Feedback e validação.

As entrevistas ocorreram a partir de um roteiro semiestruturado com objetivos específicos de aprendizagem, enquanto as validações foram realizadas por meio de grupos focais com a agência implementadora e demais partes interessadas, além de workshops para discutir e validar as entrevistas com partes interessadas.

Com o objetivo de gerar uma base de informações de resultados comparáveis, estudo permite aos leitores tirar lições e aprendizados para o desenho de processos que apoiem o financiamento inclusivo de iniciativas integradas de paisagem.

Nas próximas páginas desde Sumário Executivo, o leitor terá acesso a uma síntese da investigação e da análise da Estratégia e Instituto PCI em nível estadual com um breve entendimento sobre como se constituiu, quais sistemas de governanças e parcerias ocorridas, bem como isso tem sido incorporado em regiões específicas do Estado de Mato Grosso, através da implantação dos Pactos Regionais. Na versão completa do relatório [Finanças para a Gestão Integrada da Paisagem - Estudo de Caso Vale do Juruena, Mato Grosso, Brasil](#), será possível o aprofundamento nos assuntos aqui abordados. O estudo abrange o processo até março de 2023. Desde então, o PCI Institute foi formalizado e pode agora lidar diretamente com investimentos em suporte à estratégia Produzir, Conservar e Incluir.



Figura 1: Mapa do Estado do Mato Grosso no contexto amazônico e dos principais pactos da estratégia

CAPÍTULO II



2. Estratégia e Instituto PCI: A concepção de uma agência implementadora multiatores

2.1 Contexto e estabelecimento da Estratégia PCI

Mato Grosso é um estado de dimensões continentais (900ml km²) e grande complexidade territorial, social, econômica e ambiental. O Estado abriga três biomas distintos e interligados - Cerrado, Amazônia e Pantanal -, mais de 40 povos indígenas, além de numerosas comunidades tradicionais. No campo econômico, o Estado se destaca por responder por R\$ 193,029 bilhões (17,1%) do Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira em 2021.

Em 2013, foi instituída em Mato Grosso a Lei 9.878 que instituiu o Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento de Estoques de Carbono (REDD+). Com o objetivo de reduzir progressivamente o desmatamento e atividades emissoras de carbono, o Sistema apoia o cumprimento das metas previstas pelo Poder Executivo de Mato Grosso no Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais (PPCDIF) e contribui com os objetivos estabelecidos na Política Estadual de Mudanças Climáticas e na Política Nacional de Mudança do Clima, dentre outras legislações. A legislação habilitou Mato Grosso para a captação de pagamento por resultados.

Dois anos após a criação do Sistema Mato-Grossense de REDD+, foi lançada na COP 21, em Paris, a Estratégia Produzir Conservar e Incluir (PCI) com foco em desenvolver no Estado a agricultura de baixo carbono até 2030. As ações da PCI estão estruturadas em três eixos: Produzir Conservar e Incluir, buscando aliar produção agropecuária de baixo carbono com a conservação ambiental e inclusão social. O arranjo colocou na mesma mesa as estruturas do Governo de Mato Grosso atuantes nas pautas definidas nos eixos, empresas privadas e entidades do terceiro setor e contribui efetivamente para as políticas públicas desenvolvidas no território.

“Sim, a PCI contribui para a construção e implementação de políticas públicas por ser baseada num Decreto Estadual n 468 de 2016 e conseqüentemente servindo de base regulatória para outras políticas complementares. Desde a sua criação, a PCI serviu de base para a consolidação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, publicada em 2017, e contribui para articulação e fortalecimento da terceira fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais do Estado de Mato Grosso (PPCDIF/MT), bem como atuou na construção do Programa Carbono Neutro de Mato Grosso”. (Ricardo Woldmar, Instituto PCI)

A proposta liderada pelo Governo de Mato Grosso há oito anos atrás é um exemplo de uma abordagem de paisagem que, diante do envolvimento do poder público, se torna uma abordagem jurisdicional de um estado subnacional. De acordo com a organização Carbon Disclosure Project (CDP) ressalta que as abordagens de paisagem e/ou de jurisdição possuem capacidade de complementar projetos melhorando o desempenho da sustentabilidade.

O estudo¹ explica: “Abordagens de paisagem, incluindo abordagens jurisdicionais, são um meio de melhorar o desempenho de sustentabilidade em larga escala através de coordenação, colaboração e ações de monitoramento no nível espacial de uma paisagem. Quando a paisagem é definida por fronteiras administrativas (por exemplo, um estado subnacional) e o governo está altamente envolvido

¹ EWERTON, M.; PRESCOTT, C. Landscape and Jurisdictional Approaches - Opportunities to finance a nature-positive net-zero transition. Carbon Disclosure Project (CDP). London, 2022. Disponível em: https://cdn.cdp.net/cdp-production/comfy/cms/files/files/000/007/019/original/CDP_CM_Factsheet_2022.pdf?trk=organization_guest_main-feed-card_reshare_feed-article-content. Acesso em: 15 jan. 2023

na implementação, a abordagem paisagística é considerada uma abordagem jurisdicional. Essas abordagens aproveitam parcerias entre os atores envolvidos em cada paisagem, incluindo empresas, instituições financeiras, governos, associações, comunidades locais e povos indígenas, para mitigar riscos e maximizar impactos”.

2.2 Objetivos e metas

Os objetivos e metas da Estratégia PCI foram definidas por um grupo de 40 organizações, incluindo governo, sociedade civil organizada e iniciativa privada, que se reuniu durante um workshop de três dias ocorrido no segundo semestre de 2015. Os objetivos definidos em conjunto visam a integração das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas do Estado de Mato Grosso, conforme demonstra o quadro abaixo:

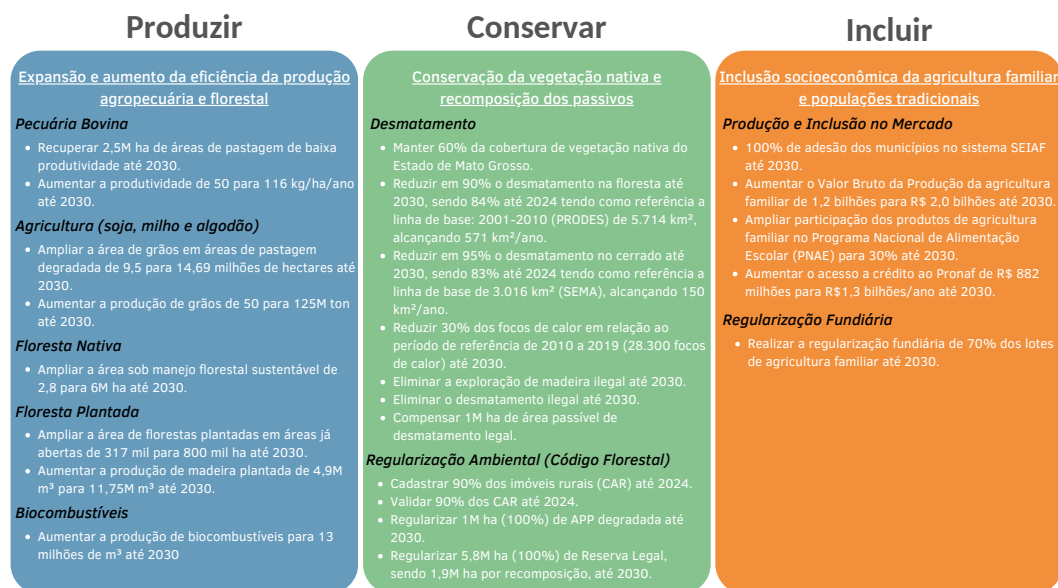


Figure 2: Goals of the Produce, Conserve and Include (PCI) Strategy

2.3 Instituto Independente

Em 2019, a Estratégia PCI foi alçada ao status de Instituto (Decreto nº. 46 do Governo do Estado de Mato Grosso) para garantir resiliência política à Estratégia PCI. Atualmente, as operações do Instituto PCI contam com o apoio financeiro de três instituições parceiras: Agência Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ), Iniciativa para o Comércio Sustentável (IDH), e o Programa REED+ for Early Movers Mato Grosso (REM-MT).

O Instituto PCI foi criado com propósitos bem definidos para desenvolvimento de ações voltadas ao cumprimento e monitoramento das metas da Estratégia PCI, assim como a captação direta ou indireta de recursos para financiá-las. O Plano de Ação do Instituto PCI, que está dividido em 5 eixos principais: Governança, Investimentos, Monitoramento, Regionalização e Comunicação.

Para assegurar a governança e a gestão compartilhada do Instituto PCI foi definida a seguinte estrutura: **Comitê Estadual da Estratégia PCI**, formado pelos fundadores; **Conselho de Administração**, grupo de deliberação superior do PCI; **Conselho Consultivo**, responsável pelo aconselhamento técnico e estratégico; **Conselho de Doadores**, composto por financiadores e doadores; **Comitê de Monitoramento**, define indicadores e realiza o balanço de metas; **Comitê de Investimentos**, analisa as oportunidades de engajamento e captação para o Estado e para o Instituto PCI; **Estrutura Executiva**, constituída pelo Diretor Executivo, pelo Gerente de Projetos e pelo Gerente Administrativo.

2.4 Acesso a financiamentos

Os investimentos são aportados em Mato Grosso de diversas formas, e o melhor caso de sucesso é o investimento feito através do Programa REM (REDD+ para Pioneiros, da sigla em inglês REDD+ for Early Movers), que foi captado através da Estratégia PCI. Quando o Estado de Mato Grosso anunciou as metas direcionadas para os três eixos, o Governo da Alemanha se manifestou. Assim, o Estado foi qualificado a participar do Programa REM devido a seus resultados na redução contínua do desmatamento no Estado desde 2004.

“O Instituto PCI possui varias frentes de trabalho voltadas para direcionar os recursos alinhados às metas da PCI em MT. Dentre eles estão (i) Pitchbook atuando como um “matchmaker” entre beneficiários e financiadores com o objetivo de facilitar a conexão entre apoiadores e instituições implementadoras de ações em campo no Mato Grosso, (ii) Corporate Action Group (CoAG) voltado para engajar empresas nas ações de sustentabilidade em suas cadeias de suprimentos de soja e carne.” (Ricardo Woldmar, Instituto PCI)

Para o acesso a grandes fundos, o governo do Estado de Mato Grosso tem o maior poder e legitimidade para a captação. Neste contexto, o Instituto PCI exerce um papel de intermediação nesse processo. A confiança advém do fato de o Estado ter a PCI como estratégia consolidada, independente de mudança de gestão, apresentando os esforços realizados e resultados alcançados.

Além disso, o Governo de Mato Grosso é membro de diversas alianças e iniciativas que auxiliam na captação de recursos, como, por exemplo, Governors’ Climate and Forests Task Force (GCF), que reúne governos subnacionais em prol do clima, ampliando as possibilidades de financiamento.

Neste contexto de atratividade, uma condição positiva, é o poder de articulação que a PCI tem com diferentes atores, visando a estruturação de grandes projetos, onde a PCI auxilia como ponto focal na organização do trabalho e construção da proposta, fato ocorrido no Programa REM. Outro mecanismo presente no âmbito estadual, são os recursos aportados em iniciativas privadas que estejam em consonância com as metas da PCI. Outros exemplos de captações bem-sucedidas empreendidas tanto pelo Poder Público, quanto por entes privados, estão disponíveis na versão completa deste estudo.

“Projetos que apresentam alinhamento com as metas da PCI e/ou cujo sua implementação se dá em parceria com o Instituto PCI, apresentam maior segurança à financiadores. Isso ocorre em detrimento ao maior alinhamento com os diversos atores que representam a estratégia além de compartilhamento de informações e transparência institucional.” (Ricardo Woldmar, Instituto PCI)

“Por meio da PCI é possível acessarmos e conhecer as linhas e diretrizes prioritárias para elaboração e aprovação de projetos sustentáveis.” (NatCap)

O mapa abaixo demonstra como doadores interagem com a PCI para que os recursos desaguem no território e como IDH, GIZ e Programa REM-MT atuam no suporte financeiro para operacionalizar a Estratégia e o Instituto PCI.

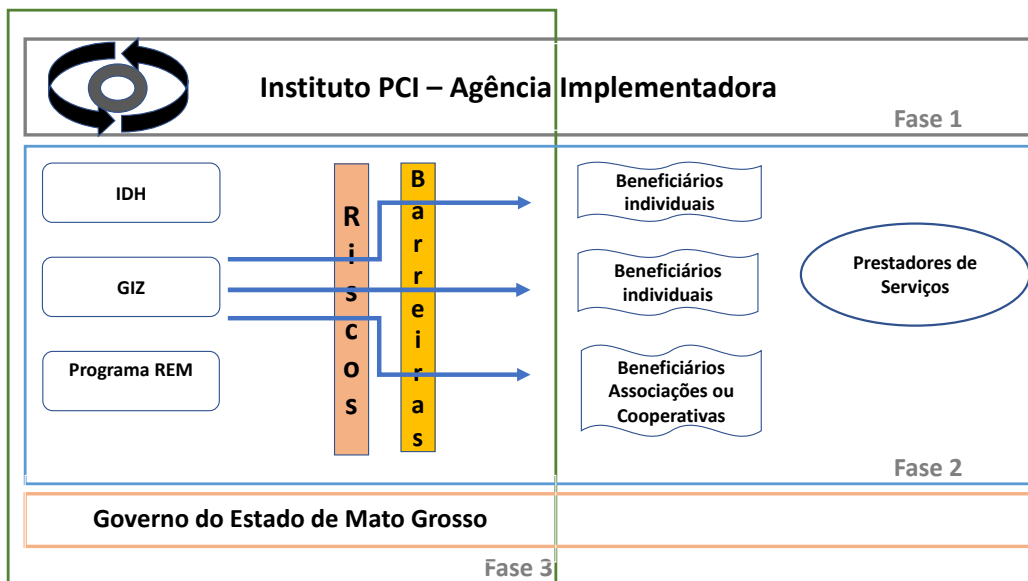


Figura 3: Mapa de Fluxos da Estratégia e Instituto PCI

2.5 Mitigação de riscos

De um modo geral, a Estratégia PCI e a formação do Instituto PCI para coordenar a sua implementação, representam um mecanismo de mitigação de risco para investidores externos que procuram investir em iniciativas integradas de paisagens. Na medida em que:

- Garante a integração com uma agenda alinhada a nível estadual e local;
- Demonstra vontade política do Estado do Mato Grosso em implementar projetos dentro da agenda ESG;
- Demonstra o interesse de stakeholders locais e parceiros estratégicos em participar e apoiar as iniciativas em vigor;
- Oferece conhecimento sistematizado da região incluindo as necessidades dos diferentes atores locais e desafios;
- Garante complementaridade com outras iniciativas, cujas ações podem servir para mitigar diferentes riscos a nível de implementação de programas e projetos;
- Oferece acesso a uma rede de parceiros de relevância a nível estadual e regional, por intermediação do Instituto PCI, que por sua vez pode ajudar a mitigar riscos de uma forma coletiva;
- Do ponto de vista de mitigação de risco, a existência da Estratégia, consolidada como uma estratégia de governança, aos olhos de investidores externos, pode representar como uma forma de redução de risco;
- Oferece mecanismo de upscaling integrado na Estratégia PCI.



CAPÍTULO III

3. Regionalização da PCI: Fluxo de investimento inclusivo nos territórios

A partir de 2018, foi identificada a necessidade de atuação da Estratégia PCI em escala regional. Embora a estratégia estadual seja bem estruturada e com um direcionamento muito claro, em um estado com as dimensões do Estado de Mato Grosso muitas vezes a forma de atuação pode não refletir as especificidades e demandas locais.

Três regiões de Mato Grosso, que possuem características diferentes, tanto produtivas quanto de ocupação foram escolhidas para receber apoio da Estratégia PCI através da criação dos Pactos Regionais: Barra do Garças, Sorriso e Vale do Juruena. Atualmente, também está em formação o Pacto Regional de Tangará da Serra, no Oeste de Mato Grosso.

Para constituição dos Pactos Regionais da PCI, estabeleceu-se também o compromisso com a produção sustentável de commodities, conciliando a conservação da floresta e a inclusão de pequenos proprietários, agricultores familiares e populações tradicionais, em alinhamento com a Estratégia Estadual da PCI. Os pactos regionais também conciliam múltiplos atores em prol de objetivos comuns. A governança dos pactos e mobilização dos atores é realizada por profissionais que exercem o papel de Secretário Executivo de cada pacto.

O Pacto Regional da PCI contribui para a mitigação de riscos a partir do momento em que possibilita a conexão das regiões produtoras com os mercados consumidores, investidores, compradores e com todo o fluxo de capital privado ou público, apoiando o desenvolvimento na região.

3.1 O vale do Juruena

Para este estudo de caso, foi escolhido realizar o aprofundamento no Pacto Regional Vale do Juruena. Localizado a Noroeste do Estado de Mato Grosso, o vale abriga um dos maiores fragmentos de floresta preservados. Esta região é caracterizada pelo predomínio da agricultura familiar e pelas cadeias produtivas da pecuária, madeira e de produtos da sociobiodiversidade.

O município de Cotriguaçu possui uma população estimada em 20.717 (IBGE Cidades, 2022) e a base de sua economia no setor agropecuário e floresta. O município de Juruena possui uma população estimada de 16.811 pessoas (IBGE Cidades, 2022). A agropecuária e a indústria são setores econômicos secundários em Juruena, sendo o setor de serviços o mais importante. Nos dois municípios há criação de bovinos, com destaque para Cotriguaçu onde o rebanho evoluiu de 38.000 para 245.000 cabeças de gado entre 2000 e 2017 (IBGE).

3.2 O Pacto Regional Vale do Juruena

O Pacto Regional Vale do Juruena foi formalizado em maio de 2018 e possui, atualmente, 22 signatários representantes de produtores rurais, empresas, governos municipais e organizações da sociedade civil.

As metas acordadas entre os signatários do Pacto Regional do Vale do Juruena para os municípios de Cotriguaçu e Juruena seguem a mesma lógica da PCI estadual com objetivos específicos para uma produção sustentável, conservação da vegetação nativa e inclusão social. As metas se diferenciam de acordo com a especificidade de cada município.

O estudo aponta que o Pacto Regional do Vale do Juruena possui um fluxo de interação com doadores e beneficiários muito similar à Estratégia Estadual (figura 05). A PCI atua como agente mediador e aglutinador entre os doadores e os beneficiários. Os projetos são os instrumentos utilizados pela agência implementadora para estabelecer as conexões. Também cabe observar que a Estratégia e o Instituto PCI também atuam para mitigar riscos e transpor barreiras para que os financiamentos sejam convertidos em ações concretas, contribuindo para as necessidades do território.

Cotriguaçu | Signatários



Juruena | Signatários



Figura 4: Signatários do Pacto Regional do Juruena.
<https://www.idhsustainabletrade.com/juruena-valley-regional-pci-compact/>

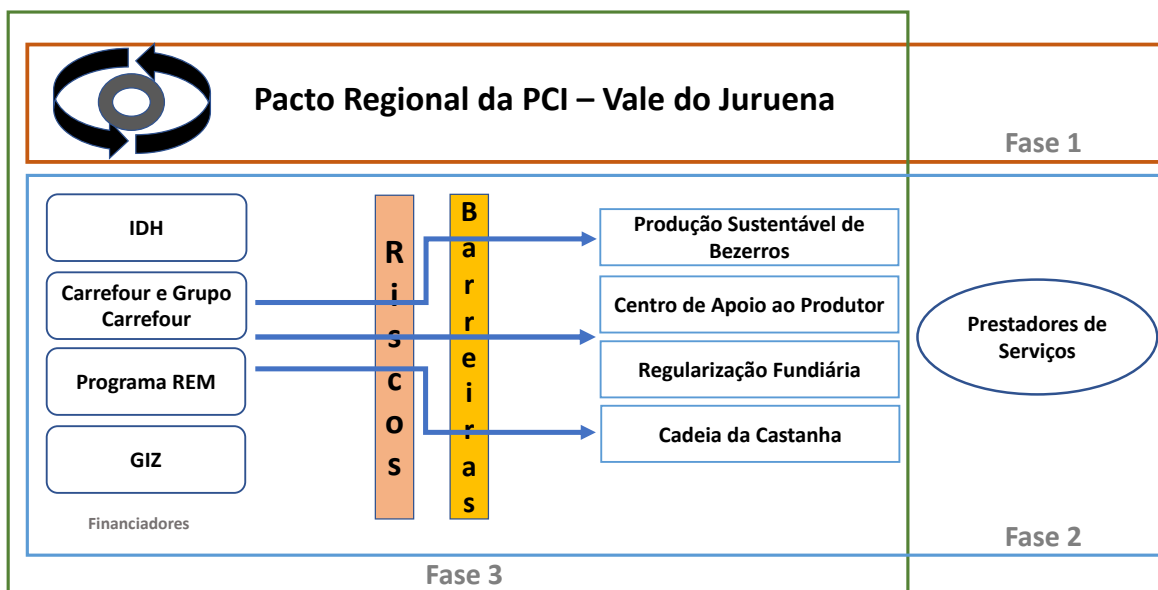


Figura 5: Mapa de fluxo da PCI Pacto Regional Vale do Juruena

3.3 Projetos desenvolvidos no Vale do Juruena

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Pacto do Vale do Juruena estão intimamente ligados com suas metas locais. A tabela abaixo lista os projetos desenvolvidos na região.

Tabela 1: Principais projetos desenvolvidos no âmbito do Pacto Regional PCI Vale do Juruena

Projetos	
Programa Produção Sustentável de Bezerros	Fornecer suporte técnico aos pecuaristas de corte, que desenvolvem o sistema de cria.
Centro de Apoio do Produtor (CAP)	Suporte técnico ao produtor rural nas questões voltadas à regularização ambiental e fundiária de pequenas e médias propriedades rurais.
Programa Nosso Leite	Acompanhamento técnico a produtores rurais da atividade leiteira
Programa de Regularização Fundiária do Assentamento PA do Vale do Amanhecer	Experiência piloto de regularização fundiária
Ações voltadas para o fortalecimento da Cadeia da Castanha do Brasil	Valorização da Castanha do Brasil nos municípios de Cotriguaçu e Juruena: por meio da Associação dos Coletores de Castanha do PA Juruena - ACCPAJ e da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer - COOPAVAM. Recentemente, novo projeto foi aprovado pela REM-MT para apoio à gestão de processos da COOPAVAM e apoio logístico e de estrutura para as comunidades que realizam as coletas.
TerrAmaz	Promoção de práticas sustentáveis e estabelecimento de uma rede de propriedades pilotos.
Programa REM	Investimentos e ações para assistência técnica de agricultores familiares, assentados, apoio à cadeia da pecuária, castanha e outras cadeias, assim como processos de capacitações para elaboração e gestão de projetos, destinados aos agricultores familiares, assentados e povos indígenas.

3.4 Resultados entrevistas beneficiários

Nos municípios de Juruena e Cotriguaçu, os quatro projetos em andamento avaliados foram o **Programa de Produção Sustentável de Bezerros**, o **Centro de Apoio do Produtor Rural**, o **Programa de Regularização Fundiária do Projeto de Assentamento Vale do Amanhecer** e o **Fortalecimento da Cadeia da Castanha no Brasil**. Os três primeiros projetos são implementados pelo IDH (Iniciativa para Comércio Sustentável) e o último, voltado a cadeia de valor da Castanha do Brasil, em ações desenvolvidas pela Associação dos Coletores de Castanha do PA Juruena (ACCPAJ) e pela Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM).

Os projetos foram escolhidos levando em consideração diversos critérios, como números de atores envolvidos, foco em pequenos produtores, assentados ou povos e populações tradicionais e originárias, integração com outros projetos, complementariedade e consonância com os eixos PCI, dentre outros.

O quadro abaixo aponta o alcance dos projetos escolhidos e amostragem de beneficiários ouvidos para o estudo de caso. Também está descrito quais foram os investimentos feitos em cada um dos projetos. Os atores NatCap, PA Vale do Amanhecer e CAP Cotriguaçu e Juruena contam com recursos provenientes da Iniciativa para Comércio Sustentável (IDH), enquanto Coopavam e ACCPAJ acessaram recursos de entes como o Programa REM-MT e Fundo Amazônia.

Table 2: Summary table of programmes selected for the case study

Programas Selecionados	Atores e Instituições	Alcance	Recorte beneficiários (10%) n° entrevistas previstas	Recurso investido (em moeda estrangeira)	Período de destinação dos recursos
Programa de Produção Sustentável de Bezerros	NatCap- Produtores do Programa	160 produtores	16	€ 1.454.859,00	Janeiro 2019 e dezembro 2022
Fortalecimento da Cadeia da Castanha do Brasil	COOPAVAM e ACCPAJ	116 Cooperados e Associados	12	US\$ 4,556,205	2014 to 2022
Programa de Regularização Fundiária	PA Vale do Amanhecer	250 Famílias	25	€ 60.000,00	2021
Centro de Apoio ao Agricultor	CAP Cotriguaçu e Juruena	80 Atendimentos	8	€ 49.329,97	Novembro 2021 a dezembro 2022

Todos os projetos foram bem avaliados pelos beneficiários, com destaque para o Centro de Apoio ao Produtor Rural (CAP) em que os entrevistados foram unânimes em apontar um alto nível de satisfação com os serviços prestados. Nos três programas implementados pelo IDH nota-se que a maior percepção de impacto ambiental é ampliação de acesso à água, enquanto nas ações de fortalecimento da cadeia da castanha o maior impacto positivo percebido é a proteção da biodiversidade.

No campo socioeconômico, os projetos Bezerro Sustentável e Programa de Regularização Fundiária PA Vale do Amanhecer proporcionam, na opinião dos entrevistados, fortalecimento do capital social e criam benefícios econômicos para a população local. No caso das ações voltadas para o fortalecimento da cadeia da castanha, além dos benefícios já citados, os entrevistados acreditam que o projeto também proporciona segurança alimentar. Já o Centro de Apoio ao Produtor Rural (CAP) facilita o acesso a crédito por parte dos pequenos produtores, já que os serviços prestados auxiliam os beneficiários a obter a documentação necessária para solicitar financiamentos.

Em nenhum dos programas os beneficiários apontaram riscos consideráveis na participação. Ainda assim, durante as entrevistas e análises foi possível observar desafios a serem superados. Em todos os casos, mostra-se essencial que os projetos estejam conectados à realidade regional e respondam aos anseios dos beneficiários.

No caso do Centro de Apoio do Produtor Rural (CAP), notou-se no campo que se trata de um projeto transversal que se complementa aos dois outros projetos, já que apoia o produtor no cumprimento de exigências legais para acesso a linhas de crédito e serviços governamentais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Autorização Provisória de Funcionamento (APF). Neste caso, há poucos riscos atrelados.

Já o Programa de Regularização Fundiária do Projeto de Assentamento Vale do Amanhecer trouxe avanços na elaboração da documentação cartográfica necessária para regularização fundiária do assentamento. No entanto, o prosseguimento do processo para a titulação definitiva está a cargo do Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extrapolando as esferas de atuação direta do Estado.

O Programa de Produção Sustentável de Bezerros possui um arranjo muito sofisticado que abrange diversos elos da cadeia e atua para oferecer assistência técnica no campo, apoio na regularização ambiental e fundiária, na comercialização e rastreabilidade do produto. Com isso, o projeto beneficia

tanto o produtor quanto o consumidor: o pecuarista agrega valor ao seu produto e o consumidor tem a garantia de uma carne rastreada de ponta a ponta e livre de desmatamento.

Por último, temos o caso do **fortalecimento da cadeia de castanha do Brasil que se destaca pela inclusão social de mulheres (e homens) que atuam no beneficiamento do produto e de povos originários e comunidades tradicionais que se encarregam da coleta dos frutos.** A comercialização e valorização de produtos não madeireiros da floresta é tida como uma das principais estratégias para evitar o desmatamento para estabelecimento de outras formas de cultivo e uso da terra. O projeto implementado no Vale do Juruena possui alto potencial para geração de renda e proteção da floresta.

No relatório completo estão dispostos gráficos que expressam o perfil dos beneficiários e suas percepções sobre cada projeto.



CAPÍTULO IV

4. Aprendizados e recomendações

A investigação sobre a Estratégia e Instituto Produzir Conservar e Incluir com aprofundamento no Pacto Regional do Vale do Juruena trouxe muitos aprendizados sobre a articulação e implementação de programas e projetos integrados no território a partir de um financiamento inclusivo.

O primeiro ponto de destaque do estudo é o sucesso na implementação da estratégia na jurisdição subnacional. A iniciativa do Governo de Mato Grosso à época em tomar a liderança para articular e integrar diversos atores e saberes em um sofisticado sistema de governança em prol de metas comuns, assegurou um terreno fértil para que a iniciativa obtivesse êxito em seu lançamento em Paris, durante a COP 21.

A conferência realizada na capital francesa ocorreu em um momento em que o mundo esperava dos governos nacionais e subnacionais iniciativas inovadoras e comprometimento com metas ousadas para enfrentamento às mudanças climáticas. Com a apresentação da Estratégia PCI durante a conferência, Mato Grosso enfatizou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e trouxe sua contribuição para cumprimento das metas nacionais de redução de emissão de carbono.

Assim, a vontade política estadual aliada a um cenário internacional favorável, propiciou o engajamento de atores de grande envergadura financeira e conhecimento em diversas áreas, sendo capaz de conciliar diferentes pontos de vista em prol de causas comuns trazendo notoriedade para a Estratégia que, mais adiante, se torna Instituto. Para assegurar a continuidade e longevidade da iniciativa, destaca-se o papel do IDH, GIZ e Programa REM- MT em manter financeiramente a estrutura da Diretoria e Secretaria da Estratégia e Instituto PCI, fator chave para a institucionalização da Estratégia PCI.

Atualmente, a estratégia é vista como referência por outros estados da Amazônia Legal. O estudo identificou que o principal diferencial da PCI é a **atuação principalmente em pautas já acordadas entre Governo, empresas privadas e entidades do terceiro setor com operação em Mato Grosso.**

As metas claras e comprometidas com uma atuação local de resultados globais contribuem com a destinação de fluxos de investimentos e programas para os territórios. A iniciativa também se destaca pela liderança política governamental, engajamento de atores relevantes da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, estrutura de governança bem definida e transparência das informações.

Em um processo de amadurecimento da Estratégia, foi criado o Instituto com um sistema de governança bem estruturado. A criação de uma personalidade jurídica se fez necessária uma vez que no Brasil, como possivelmente em muitos outros países, estratégias criadas em determinada gestão política podem não ser absorvidas pelo próximo gestor, simplesmente pelo fato de não estarem em seu plano de governo. Com a estrutura de governança criada para o Instituto PCI, os investidores têm mais transparência e eficiência e agilidade na gestão dos recursos e execução dos projetos, já o governo pode utilizar um instrumento com menos limitações orçamentárias e morosidade, enquanto as comunidades locais se beneficiam de uma estrutura que pode atuar de forma pulverizada.

Os investidores entrevistados destacaram o papel da PCI em mitigar riscos e conferir credibilidade às ações empreendidas em solo mato-grossense para enfrentamento às mudanças climáticas, uso sustentável da terra, conservação ambiental e inclusão social. Ao reunir poder público e iniciativa privada e atores como a Academia e outros entes que trazem aparato técnico e metodológico, a PCI criou um contexto favorável para atração de investimentos. Para os entrevistados, frente as estratégias globais das empresas, mas que buscam atuação local, os saberes locais são necessários e a iniciativa de Mato Grosso é capaz de manter em constante atualização os saberes locais com capacidade para modelagem de crescimento e ganho de escala dos projetos.

Com a criação desse terreno fértil para investimentos, a PCI tem exemplos de sucesso na captação direta de recursos para investimentos em Políticas Públicas e ações do terceiro setor. No campo privado, o fato do Estado de Mato Grosso possuir uma política clara de combate ao desmatamento, possibilitou o aporte de recursos na iniciativa privada atuante no estado, demonstrando que a Estratégia e Instituto PCI também têm influência nos fluxos de financiamento.

Dessa forma, o estudo comprovou que a **Estratégia PCI e o Instituto PCI**:

1. **São arranjos aglutinadores e integradores.** As estruturas desenvolvem um papel de romper com a fragmentação dos investimentos na paisagem.
2. **Enquanto arranjo de uma jurisdição subnacional, podem atuar no direcionamento e destinação de recursos e no desenvolvimento de projetos, contribuindo com mais efetividade de resultados, visibilidade e ações realizadas.**
3. **Contribuem com construção e implementação de políticas públicas.**
4. **Contribuem para aumentar o nível de confiabilidade dos projetos.** A estrutura legal e jurídica criada para a Estratégia o Instituto PCI agregam em credibilidade.
5. **Impactam e contribuem positivamente com níveis altos de segurança aos investidores tanto na escala estadual como na escala regional.** Satisfação dos beneficiários e resultados efetivos no território traz segurança aos investidores.

Os resultados obtidos nas análises dos projetos do Pacto Regional do Vale do Juruena, demonstram sinergia entre as ações e resultados para os beneficiários, contribuindo tanto com a paisagem local, quanto com as metas estaduais. Assim, os resultados reforçaram que os Programas desenvolvidos na região possuem potencial para serem escalonados e replicados para outros municípios e regiões, contribuem com os aspectos legais dos pequenos e médios estabelecimentos rurais e estão estruturados em complementaridade.

Mesmo com o sucesso dos programas entre os beneficiários, há melhorias que podem ser implementadas nos programas regionais. Portanto, vê-se oportunidades para expandir serviços de regularização ambiental e fundiária para os produtores locais. Existe no território espaço para investimento em outras cadeias alternativas, como cacau, castanha do Brasil, café e madeira, inclusive criando projetos em complementaridade, como por exemplo, a exploração do cacau em propriedades de cria de gado. Também se faz fundamental capacitação para gestão e autonomia financeira dos beneficiários e estabelecimento de mecanismos que os protejam de flutuação de preços.

Os projetos também podem se beneficiar na melhor investigação da relação entre os resultados das ações desenvolvidas em campo e o acesso a crédito, além de buscar entender se as linhas de crédito disponíveis na região são as definidoras das matrizes econômicas, como por exemplo, a cria de bezerras ser carro-chefe da região. Também se faz necessária difundir as vantagens dos Pactos Regionais localmente para reduzir a desconfiança de futuros beneficiários.

Além dos desafios a serem superados pelos programas do Pacto Regional, há aperfeiçoamentos a serem feitos no Instituto PCI para fortalecimento institucional, ampliação da captação de investimentos, melhorias nos processos e comunicação para mais visibilidade das ações desenvolvidas e resultados alcançados.

1. Fortalecimento da atuação do Instituto PCI como instituição aglutinadora de projetos em prol de um objetivo comum e geradora de conhecimentos.
2. Aperfeiçoamento do monitoramento das metas estaduais e regionais.
3. Direcionamento de ações e programas voltados ao fortalecimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade (castanha, pequi, babaçu, entre outras);

4. Fortalecimento da capacidade de administração financeira e redução da dependência de outros gestores.
5. Criação e implantação de mecanismos claros e legais que garantam a interdependência do Instituto PCI.
6. Fortalecimento institucional e comunicação.
7. Fortalecimento da inclusão de comunidades tradicionais e povos indígenas/originários.
8. Expansão de metodologias como o CAP, para apoio de pequenos produtores na regularização fundiária e ambiental.

Ainda que aperfeiçoamentos de fortalecimento institucional, monitoramento, comunicação e ampliação da representatividade local sejam necessários para conferir ao Instituto PCI ainda mais credibilidade junto aos investidores, o cenário é promissor. Compete à Estratégia e ao Instituto PCI estar constantemente se aperfeiçoando tanto para responder às demandas de doadores e investidores, quanto para estar em harmonia com as necessidades do território para, ao estabelecer este elo, cumprir com os objetivos de produção sustentável, conservação ambiental e inclusão social.

Fontes de referência

A COLLABORATION platform for supply chain sustainability at scale. <https://www.idhsustainabletrade.com/approach/sourceup/>.

ANÁLISES econômicas e financeiras e oportunidades de investimento no Estado de Mato Grosso decorrentes da Estratégia PCI. 2022. <https://www.pcimt.org/images/PCIPolicyBriefInvestimentospt.pdf>.

ASSAD, E. D. Sistemas agrícolas adaptados às mudanças climáticas. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252021000100007&script=sci_arttext.pdf.

BARBIERI, E. 2019. A Amazônia e a sustentabilidade da sua biodiversidade. <https://revistarelicario.museudeartesauberlandia.com/index.php/relicario/article/view/140/129>.

COMUNICAÇÃO. Cuiabá, 2021. <https://www.pcimt.org/index.php/pt/comunicacao-pt..>

DESFORESTATION-FREE Corn Supply Chain: Fueling Sustainability (FS). <https://www.andgreen.fund/portfolio/fuelingsustainability/>.

DJURUENA Valley, Mato Grosso: Regional PCI Compact: Delivering innovation in responsible sourcing of beef, cocoa, coffee and timber. <https://www.idhsustainabletrade.com/juruena-valley-regional-pci-compact/>.

EWERTON, M.; PRESCOTT, C. Landscape and Jurisdictional Approaches - Opportunities to finance a nature-positive net-zero transition. Carbon Disclosure Project (CDP). London, 2022.

Finance for integrated landscape management: a landscape approach to climate-smart cocoa in the Juabeso-Bia Landscape, Ghana. Ghana, Tropenbos Ghana; Tropenbos International, 2021.

FISHMAN, A.; OLIVEIRA, E.; GAMBLE, L. WWF. 2017. Tackling deforestation through a jurisdictional approach: lessons from the field. https://www.pcimt.org/images/WWF_JABrasiliaFinalExecSum.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

GARCIA, M.; COLETTI, F.; BANHE, A.; SOUZA, G.; OURO, A. Abordagens jurisdicionais: uma análise da contribuição de estados e empresas no Brasil. São Paulo: CDP, 2021.

&GREEN, IDH, and Marfrig: transitioning to deforestation-free livestock in Brazil. Disponível em: <https://www.idhsustainabletrade.com/publication/andgreenmarfrig/>.

IBGE: Cidades e Estados. Cotriguaçu código: 5103379. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/cotriguacu.html>.

IBGE: Cidades e Estados. Juruena código: 5105176. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/juruena.html>.

IBGE: Produção Agropecuária. <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/mt>.

INICIATIVA PARA O COMÉRCIO SUSTENTÁVEL (IDH). IDH e parceiros compartilham resultados após 4 anos do início dos Pactos PCI: promoção do desenvolvimento territorial sustentável através da produção, conservação e inclusão. 2022, Cuiabá. Workshop...

Cuiabá: IDH, 2022. <https://idhlatam.com/idh-e-parceiros-compartilham-resultados-apos-4-anos-do-inicio-dos-pactos-pci/t>.

JURISDICTIONAL EXCHANGE NETWORK. A Closer Look: Produce, Conserve, Include (PCI) in Mato Grosso. <https://www.tropicalforestalliance.org/en/news-and-events/news/jurisdictional-exchange-network-webinar-series>.

JURISDICTIONAL Monitoring and Claims. <https://www.isealalliance.org/about-iseal/our-work/jurisdictional-monitoring-and-claims>.

MATO GROSSO. Decreto N° 46, de 27 de fevereiro de 2019 [Introduz mecanismos de implementação da estratégia Produzir, Conservar e Incluir no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências]. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso: nº 27453, 2019.

MAWESTI, D.; ARYANTO, T.; YOGI, Y.; LOUMAN, B. Finance for integrated landscape management: the potential of credit unions in Indonesia to catalyze local rural development: the case of Semandang Jaya Credit Union. Ghana: Tropenbos International, 2021.

MINISTÉRIO vê alta mais tímida do valor da produção. 2022. <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/01/14/ministerio-ve-alta-mais-timida-do-valor-da-producao.ghtml>.

MOBILIZING more for climate (MoMo4C). [https://www.tropenbos.org/projects/mobilizing+more+for+climate+\(momo4c\)](https://www.tropenbos.org/projects/mobilizing+more+for+climate+(momo4c)).

NATURAL Capital. <http://www.natcap.com.br/english.html>.

O INSTITUTO PCI. Cuiabá, 2021. <https://www.pcimt.org/index.php/pt/institucional-pt/instituto-pci-pt>.

PACTO Regional do Vale do Juruena: PCI Vale do Juruena. <https://www.pcimt.org/index.php/pt/regionalizacao-pt/pacto-regional-do-vale-do-juruena>.

PRESS Release: &green fund invests in the expansion of Marfrig's Cattle Tracking and Deforestation-free Supply Chain Initiatives in the Amazon and cerrado. 2021.

PRESS Release: &Green Fund Makes Investment In Brazilian Group Roncador por integrated sustainable soy cattle production at scale. 2020.

PRIMO L.; B. LOUMAN, D.; STOIAN, D.; PAMERNECKYTE, G. 2021. Finance for Integrated Landscape Management: processes that support integrated landscape initiatives and make access to finance more inclusive: methodological guidance. Tropenbos International; World Agroforestry Center (ICRAF): Netherlands, 2021.

PRODUCE, Conserve and Include Initiative in Mato Grosso: a Brazilian case study on jurisdictional approaches. 2022.

PROJETO Trajetórias de Descarbonização: desenvolvimento e avaliação da trajetória de descarbonização do Mato Grosso.

REGIONALIZAÇÃO: ações implementadas de acordo com as diferentes regiões para engajamento e colaboração locais. 2021.

RODRÍGUEZ, E. V.; FRICKE, N. S.; SALVATIERRA, E. O.; HOYOS, L. S. Financiamiento para la gestión integrada del paisaje: fondo rotatorio de la asociación forestal indígena "Ascensión" Santa cruz, Bolivia: Estudio de caso realizado por Fundación PROFIN. Bolívia: Fundación PROFIN 2021.

TROPICAL FOREST ALLIANCE. Innovative Finance for Amazon, Cerrado and Chaco.



Tropenbos International

Horaplantsoen 12, 6717LT
Ede, the Netherlands
e-mail: tropenbos@tropenbos.org
www.tropenbos.org